

Idéias sensatas ante a questão da dívida EXT.

Em artigo publicado na edição de domingo do jornal The Washington Post, o ex-secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger considera a moratória brasileira o "sintoma de uma crise que conduz à paralisia política dos devedores, ao desastre financeiro dos credores e a uma confrontação permanente Norte-Sul" e afirma que "o reconhecimento desta realidade deve ser o catalisador para que as democracias ocidentais se dediquem, em ação conjunta, a uma política de crescimento global".

Ditas por uma personalidade influente como Kissinger — o homem que teve o papel fundamental na reaproximação das superpotências militares na década passada, contribuindo para a abertura de perspectivas duradouras de paz no mundo, e cujas opiniões continuam sendo respeitadas e ouvidas pela comunidade internacional —, essas palavras ganham significado especial. E reacendem a esperança de que, de tanto ouvirem conselhos sensatos como esse, os governos dos

países ricos acabem por promover uma nova "détente", desta vez em relação aos pobres, mas que pode ser tão importante para o futuro do mundo quanto foi, no passado, a distensão com o bloco socialista.

Diz Kissinger, ainda, em seu artigo, que a interrupção do crescimento agravará a crise interna do Brasil, revigorando perigosamente as forças políticas populistas, antimercado e antiamericanas, justamente "quando se começa a redigir uma Constituição democrática"; que é "grotesco" o fato de os países devedores se terem transformado, desde 1983, em exportadores básicos de capitais; e que já existe na prática um cartel de devedores, na medida em que concessões especiais, feitas a um país, são depois reclamadas e recebidas por outros.

Para equacionar a questão da dívida, prega Kissinger, é necessário criar um esquema internacional nos moldes do Plano Marshall, que permitiu a reconstrução das economias européias e japo-

nesa no pós-guerra. Desse esque- ma fariam parte a formação de um bloco comercial ocidental e a limitação dos juros internacionais a um máximo de cerca de 6% anuais para o endividamento, mediante a constituição de um fundo — mantido por governos, organismos multilaterais e bancos privados — para cobrir a diferença em relação às taxas de mercado.

Tais idéias do ex-secretário de Estado, Prêmio Nobel da Paz, deveriam merecer, a nosso ver, um entusiástico apoio dos governos de países credores e devedores. Elas não só revelam uma visão de estadista, que em nenhum momento pode ser confundida com a miopia do assistencialismo, como também esboçam, pragmaticamente, um sistema de cooperação internacional quicá muito mais funcional e aceitável do que aquele que foi montado na Conferência de Bretton Woods.

De fato, com uma dívida total de mais de US\$ 1 trilhão, os países em desenvolvimento deveriam gerar, anualmente, superávits co-

merciais da ordem de US\$ 100 bilhões para pagar os encargos, algo impensável nesta conjuntura de comércio internacional estagnado e marcado por iniciativas protecionistas. Dramáticos ajustamentos internos nesses países, por outro lado, não mereceram o reconhecimento dos credores, na forma de novos capitais de empréstimo e investimento nos últimos anos, embora boa parte da dívida atual tenha sido constituída em função de fatores externos, como os dois choques do petróleo, na década passada, e o choque dos juros, no início desta.

Urge, portanto, que os governos dos países credores assumam a responsabilidade que lhes cabe, em vez de deixar a questão, como até agora, quase unicamente em mãos da comunidade bancária. Enfim, a gravidade dessa questão exige um grau maior de politização, como o governo brasileiro vem defendendo — apesar de, por isso, sofrer toda sorte de resistência e incompreensões, mais até dentro do que fora do País.